

# DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

ANO XIII – Edição nº 2197 – 21 de maio de 2024



## Mesa Diretora

Presidente: Deputado Roberto Cidade

1º Vice-Presidente: Deputado Carlinhos Bessa

2º Vice-Presidente: Deputada Alessandra Campêlo

3º Vice-Presidente: Deputado Felipe Souza

Secretário-Geral: Deputado João Luiz

1º Secretário: Deputado Abdala Fraxe

2º Secretária: Deputada Joana Darc

3º Secretário: Deputado Cabo Maciel

Ouvidor: Deputado Sinésio Campos

Corregedor: Deputado Dr. Gomes

## 20ª Legislatura

Deputado Abdala Fraxe Deputado Adjuto Afonso Deputada Alessandra Campelo Deputado Cabo Maciel Deputado Carlinhos Bessa Deputado Cristiano D'Angelo Deputado Comandante Dan Deputado Daniel Almeida Deputada Débora Menezes Deputado Delegado Péricles Deputado Dr. George lins Deputado Dr. Gomes Deputado Felipe Souza Deputada Joana Darc Deputado João Luiz Deputado Mário César Filho Deputada Dra. Mayara Pinheiro Deputada Mayra Dias Deputado Roberto Cidade Deputado Rozenha Deputado Sinésio Campos Deputado Thiago Abrahim Deputado Wanderley Monteiro Deputado Wilker Barreto

## Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação E-mail: ccir@aleam.gov.br

> Comissão de Assuntos Econômicos E-mail: <a href="mailto:com.cae@aleam.gov.br">com.cae@aleam.gov.br</a>

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural E-mail: <a href="mailto:comapa@aleam.gov.br">comapa@aleam.gov.br</a>

Comissão de Política Sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa

E-mail: com.sobredrogas@aleam.gov.br

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade E-mail: com.tmu@aleam.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor E-mail: <u>comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br</u>

Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social;

E-mail: cdhpdps@aleam.gov.br

Comissão de Educação E-mail: <u>com.educacao@aleam.gov.br</u>

Comissão de Esporte e Lazer E-mail: <u>comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br</u>

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos E-mail: com.opsp@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento E-mail: <a href="mailto:comunder@aleam.gov.br">comunder@aleam.gov.br</a>

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca E-mail: ciczf@aleam.gov.br Comissão Turismo, Fomento e Negócios E-mail: <a href="mailto:ctur@aleam.gov.br">ctur@aleam.gov.br</a>

Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa E-mail: com.mfi@aleam.gov.br

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento E-mail: <u>cgeodiversidade@aleam.gov.br</u>

> Comissão de Segurança Pública E-mail: com.spublica@aleam.gov.br

Comissão de Saúde e Previdência E-mail: csaudeprevidencia@aleam.gov.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação E-mail: <a href="mailto:ctec@aleam.gov.br">cctec@aleam.gov.br</a>

Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens E-mail: <u>cjca@aleam.gov.br</u>

Comissão de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável E-mail: cpama@aleam.gov.br

> Comissão de Cultura e Economia Criativa E-mail: com.cec@aleam.gov.br

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul E-mail: <u>cecem@aleam.gov.br</u>

> Comissão de Assistência Social e Trabalho E-mail: <a href="mailto:com.ast@aleam.gov.br">com.ast@aleam.gov.br</a>

> > Comissão de Ética E-mail:

#### DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

#### **EXPEDIENTE**

#### **DIRETORIA DE INFORMÁTICA**

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

**EDIÇÃO**Moisés Fernandes Nunes Jr

DIRETOR DE INFORMÁTICA

Renato da Silva Bueno

DIRETOR GERAL

Wander Araújo Motta

#### **PORTARIAS**

#### PORTARIA N.º 0799/2024/GP

**AUTORIZAR** ao servidor, SEBASTIÃO DA MATA MOREIRA, matrícula n.º 206, Agente Legislativo Nível Médio Referência 18 deste Poder, o pagamento do abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, tendo optado por permanecer em atividade, e em cumprimento dos requisitos para aposentadoria voluntária prevista no art. 40, § 19 da CF/88, a partir de 25.11.2023, data de implementação dos requisitos para aposentadoria voluntária.

#### PORTARIA N.º 0800/2024/GP

**AUTORIZAR** ao servidor, MANOEL CRISTÓVÃO DE OLIVEIRA, matrícula n.º 641, Agente Legislativo Nível Médio Referência 12 deste Poder, o pagamento do abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, tendo optado por permanecer em atividade, de acordo com o art. 2.º § 5º da EC n.º 41/2003, a partir de 01.04.2024, data de implementação dos requisitos para aposentadoria voluntária.

#### PORTARIA N.º 0801/2024/GP

**AUTORIZAR** o afastamento parcial da servidora, JEANNE SILVA CARVALHO, matrícula n.º 11.450, Analista Legislativo Nível Superior, Referência 08 deste Poder, para frequentar Curso de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional, nos dias e horários especificados, bem como a devolução dos valores descontados dos seus vencimentos em decorrência da frequência no curso de qualificação que motivou o pedido principal formulado nos autos, com amparo no art. 116 do Estatuto dos Servidores Públicos do Amazonas, aplicado aqui subsidiariamente.

Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO Presidente

> WANDER ARAÚJO MOTTA Diretor Geral

#### ATAS PLENÁRIAS

ATA DA 11ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DO DIPLOMA MULHER CIDADÃ AMAZONENSE EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 7 DE MARÇO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO.

Às dez horas e trinta minutos do dia sete de março do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados: Adjuto Afonso, Comandante Dan, Cristiano D'Ângelo, João Luiz, Doutor Gomes, Doutor George Lins, Débora Menezes, Rozenha, Daniel Almeida, Felipe Souza, Sinésio Campos, Wilker Barreto, Alessandra Campêlo, Thiago Abrahim e Cabo Maciel, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para entrega do Diploma Mulher Cidadão Amazonense, alusiva ao Dia Internacional das Mulher, conforme Requerimento n.º 701/2024, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Jussara Pedrosa, Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania/Sejusc, representando o Governador Wilson Lima; Vânia Maria Marques Marinho, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Deputada Alessandra Campêlo, Presidente da Comissão da Mulher, da Família e do Idoso e da Procuradora Especial da Mulher; Renilce Helen Queiróz de Souza, Promotora de Justiça da Entrância Final e Secretária-Geral do Ministério Público, representando o Ministério Público do Amazonas; Joicilene Jerônimo Portela, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho/11ª Região; Alzira Melo Costa, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho/11ª Região; Carolina Matos Carvalho Norões, representando a Defensoria Pública do Amazonas; Dora Brasil, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/CEDIM; Lúcia Maria Corrêa Viana, Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica ABMCJ. **Ato contínuo, todos de pé**, ouviram o Hino Nacional Brasileiro. Com a palavra, a Deputada Alessandra Campêlo registrou com alegria um ano de instalação da Procuradoria da Mulher neste Poder, compartilhando o momento com as demais Deputadas da Assembleia Legislativa que juntas faziam um grandioso trabalho, e justificou a ausência do Presidente Roberto Cidade que estava cumprindo agenda parlamentar externa. Explicou que o Diploma Mulher Cidadã Amazonense foi instituído pela Resolução Legislativa n.º 831/2021, de autoria do Deputado Wilker Barreto, e assegurou se tratar de uma maneira de o Poder Legislativo reconhecer o papel da mulher na sociedade. Lamentou o elevado índice de violência contra a mulher, com diversos casos de feminicídio e afirmou que as mulheres desempenhavam funções múltiplas em casa, mas não eram valorizadas devidamente por seus companheiros. Após, o Presidente Carlinhos Bessa discursou sobre a importância da mulher no meio social e reiterou o seu valor para o bom funcionamento da sociedade. Em seguida, foi exibido um vídeo institucional alusivo à data comemorativa. Na sequência, a Jornalista Amanda **Monteiro** procedeu à leitura do histórico do Diploma Mulher Cidadã Amazonense. e chamou nominalmente as mulheres, escolhidas pelos vinte e quatro Deputados da Casa, que foram agraciadas pela Comenda. Neste momento, assumiu a Presidência a Deputada Alessandra Campêlo que registrou a presença da Delegada Débora Mafra, Titular da Delegacia da Mulher, pontuando que a delegada iria entrar em processo de aposentadoria brevemente, bem como fez entrega de uma Placa Comemorativa à Senhora Wanja Andréa, representada por sua filha, Ana Luiza Santos. Dando prosseguimento, o Deputado João Luiz elogiou a iniciativa do Deputado Wilker Bareto ao criar o Diploma da Mulher Cidadã Amazonense e discorreu sobre a coragem e dinamismo da classe feminina visando ao bem-estar da família e da sociedade. Como oradora seguinte, a Senhora Mazé Mourão, em nome das homenageadas, parabenizou as mulheres pela data festiva, pelos bons feitos e por todas as conquistas no decorrer do tempo, bem como louvou a iniciativa do Deputado Wilker Barreto em homenagear as guerreiras multifuncionais. Na continuidade, a Senhora Jussara Pedrosa felicitou as mulheres homenageadas por suas lutas e conquistas em prol de seus direitos equiparados aos dos homens e enfatizou que a classe feminina era merecedora de estar em destaque em virtude de todos os desafios enfrentados na sociedade contemporânea e, na oportunidade, fez referência ao grandioso papel da mulher e servidora, Senhora Rose, por ser o seu baluarte na Sejusc. A caminho do fim, a Presidente Alessandra Campêlo anunciou que amanhã a Sejusc iria assinar a Ordem de Serviço para a construção da Casa da Mulher Brasileira no bairro Petrópolis e prometeu estar presente a fim de compartilhar o momento histórico. Agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Especial de logo a seguir em homenagem aos 106 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e aos 31 anos da Rádio Boas Novas. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 6 DE MARÇO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO ROBERTO CIDADE.

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de março do ano dois mil e vinte e guatro. foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Débora Menezes, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abrahim e Wanderley Monteiro, sendo que os Deputados Delegado Péricles, Wilker Barreto, Doutora Mayara tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos 55, 37 e 30/2024, respectivamente, e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc se encontram em Licenca-Maternidade. Na Fase Preliminar, sem EXPEDIENTE a relatar, o Deputado Comandante Dan solicitou que os Deputados pudessem derrubar o Veto ao seu Projeto de Lei que recompensa os cidadãos por cooperarem com a Justiça na elucidação de crimes e argumentou que essa Lei já estaria em vigor em sete Estados do Brasil e poderia contribuir para melhorar o sistema de segurança pública. Em outro tema, reforçou que a Audiência Pública realizada no Centro de Manaus detectou que vários lugares públicos estariam sendo tomados por vândalos e viciados, como também por ambulantes que comercializam pirataria e sugeriu uma ordem pública para o local, visto que é urgente intervir na situação. Neste momento, o Presidente Roberto Cidade encerrou o Pequeno Expediente e iniciou a Ordem do Dia pedindo que fosse reiniciado o painel e que os Deputados registrassem seus nomes novamente, estando presentes: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Carlinhos Bessa, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Débora Menezes, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Roberto Cidade, Rozenha, Sinésio Campos, Thiago Abrahim, Wanderley Monteiro. Havendo quórum regimental, o Presidente aprovou as Atas das Sessões Ordinárias 118, 119/2023, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10/2024; das Sessões Especiais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, da 1ª Sessão Solene e da 1ª Audiência Pública. Ato contínuo, o Secretário-Geral, Deputado João Luiz, procedeu à leitura da Pauta de Vetos, em Discussão Geral e Votação Única: 1. Veto Parcial n.º 43/2023, enviado pela Mensagem Governamental n.º 125/2023, "incidente sobre o artigo 4.º do Projeto de Lei n.º 164/2023, de autoria da Deputada Dra. Mayara Pinheiro, que 'Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Doença Rara - CIPDR." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Sinésio Campos. Em votação, Veto aprovado; 2. Veto Total n.º 44/2023, enviado pela Mensagem Governamental n.º 126/2023, "ao Projeto de Lei n.º 14/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, que 'Dispõe sobre o Programa Oportunidade Jovem no Estado do Amazonas". Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Dr. George Lins. Em votação, Veto aprovado; 3. Veto Total n.º 45/2023, enviado pela Mensagem Governamental n.º 127/2023, ao Projeto de Lei n.º 631/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, que 'Dispõe sobre o pagamento de recompensa por informações que auxiliem os órgãos de segurança estaduais na prevenção, repressão e investigação de crimes - Lei da Recompensa". Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputada Débora Menezes. Em discussão, o Deputado Comandante Dan defendeu o Projeto utilizando pesquisas relacionadas à segurança pública e afirmou que o Projeto contribui para aproximar a população da justica e contribuir com a elucidação de crimes. Refutou os argumentos para o Veto e acrescentou que a recompensa pecuniária não seria a única forma de retribuir o cidadão. Lembrou que o Parecer da Deputada Débora Menezes é contrário à manutenção do Veto e que sete Estados já utilizam essa Lei. Em votação, Veto mantido com voto contrário dos Deputados Comandante Dan e Débora Menezes; 4. Veto Total n.° 46/2023, enviado pela Mensagem Governamental n.º 128/2023, ao Projeto de Lei n.º 655/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos que 'Institui a Política Estadual para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu (Orbignya martiana)." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Carlinhos Bessa. Em discussão. os Deputados: Sinésio Campos observou que é técnico agropecuário e que não há razões para manter o Veto, já que se trata de um tema estritamente relevante à população. Apresentou os motivos pelos quais o Projeto precisa ser mantido e o Veto derrubado e rememorou a visita ao Maranhão, em 2021, para discutir a nova matriz do babaçu com especialistas e com o ex-Governador e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino; Roberto Cidade sugeriu que fosse feito um Indicativo em nome do Plenário ao Governador para que o Chefe do Executivo pudesse apresentar o Projeto e, assim, sanar o vício de iniciativa. Em Encaminhamento de Votação, os Deputados: Sinésio Campos enfatizou que trabalhou muito para que os cidadãos tivessem uma nova matriz econômica e lembrou que vários trabalhadores estiveram na Casa expondo seus produtos tendo como base o babaçu. Esclareceu que o Projeto tem previsão orçamentária na LDO e, portanto, não gera despesa e criticou a Procuradoria-Geral do Estado e propondo que a Casa fizesse uma reunião com os procuradores para discorrer acerca dos pareceres que embasam o Veto; Carlinhos Bessa explicou que deu Parecer Contrário ao Veto na Comissão, mas reconhece que se trata de vício de iniciativa e sugeriu que fosse feito um Indicativo; Felipe Souza acrescentou que o Projeto é louvável, porém contém vício de iniciativa e orientou pela manutenção do Veto. Em votação, Veto mantido com voto contrário dos Deputados Doutor Gomes, Sinésio Campos e Comandante Dan; 5. Veto Total n.º 47/2023, enviado pela Mensagem Governamental n.º 129/2023, ao Projeto de Lei n.º 1/2023, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, que 'Altera, na forma que especifica, a Lei Promulgada n.º 241, de 31 de março de 2015 que 'Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas, e dá outras providências." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputada Joana Darc. Em discussão, os Deputados: Carlinhos Bessa explicou que o Projeto está adequando a Lei estadual a uma Lei Federal dando oportunidade a servidores públicos que tem parentes com deficiência poderem reduzir três horas do trabalho a fim de cuidar dos deficientes. Assegurou que o Projeto protege as pessoas com deficiência e que conversou com o Governador que concordou com a derrubada do Veto; Felipe Souza orientou pela rejeição do Veto. Em votação, Veto rejeitado por unanimidade: 6. Veto Parcial n.º 48/2023, enviado pela Mensagem Governamental n.º 130/2023, "incidente sobre o inciso II do artigo 3.º do Projeto de Lei n.º 21/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, que 'Estabelece normas gerais sobre segurança escolar no âmbito do Estado do Amazonas." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Mário César Filho. Em votação, Veto aprovado; 7. Veto Total n.º 1/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.° 147/2023, "ao Projeto de Lei Complementar n.° 6/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, que 'Altera a Lei Complementar n.º 187, de 25 de abril de 2018, que 'Disciplina a execução do artigo 220 da Constituição Estadual, que institui o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas - CEMAAM e dispõe sobre o Fundo Estadual de Meio Ambiente - FEMA, e dá outras providências'." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputada Débora Menezes. Em votação, Veto aprovado; 8. Veto Parcial n.º 2/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 148/2023, "incidente sobre a íntegra do art. 2.º do Projeto de Lei n.º 136/2021, de autoria da Deputada Joana Darc, que 'Institui o Código de Direito e Bem-Estar Animal do Amazonas'." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Daniel Almeida. Em votação, Veto aprovado: 9. Veto Total n. 3/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 149/2023, ao Projeto de Lei n.º 168/2023, de autoria do Deputado Rozenha, que 'Dispõe sobre o tratamento com Bomba de Infusão de Insulina, para pacientes que possuem diabetes tipo 1, em acompanhamento regular na Rede Pública de Saúde ou em Centro Especializado, de acordo com indicação médica, no âmbito do Estado do Amazonas." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputada Doutora Mayara Pinheiro. Em votação, Veto aprovado; 10. Veto Total n.º 4/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 150/2023, ao Projeto de Lei n.º 152/2022, de autoria do Deputado Felipe Souza, que 'Dispõe sobre a realização do Teste Cariótipo em hospitais, maternidades e instituições similares no Estado do Amazonas." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Thiago Abrahim. Em votação, Veto aprovado; 11. Veto Total n.º 5/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 151/2023, ao Projeto de Lei n.º 282/2023, Deputado Rozenha, que 'Institui a obrigatoriedade da realização de exame Teste Molecular de DNA em recém-nascidos e crianças de até um ano e meio de idade." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Mário César Filho. Em votação, Veto aprovado; 12. Veto Total n.º 6/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 152/2023, ao Projeto de Lei n.º 378/2023, de autoria da Deputada Joana Darc, que 'Dispõe sobre o direito constitucional à saúde bucal no Sistema Único de Saúde onde haja internação de pacientes". Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Carlinhos Bessa. Em votação, Veto aprovado; 13. Veto Total n.º 7/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 153/2023, ao Projeto de Lei n.º 893/2023, de autoria do Deputado Doutor George Lins, que 'Estabelece diretrizes para implementação da odontologia hospitalar no âmbito do Estado do Amazonas.". Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Adjuto Afonso. Em discussão, os Deputados: Doutor George Lins observou que o Projeto é muito bom porque preenche uma lacuna na saúde do Amazonas e rememorou a época da pandemia em que o dentista foi essencial. Informou que entrou em contato com a Casa Civil e que foi explicado que o número de dentistas hoje no Estado não seria suficiente, tendo que gerar despesa para contratar profissionais, por isso o Projeto é inconstitucional e sugeriu que fosse feito um Indicativo ao Governo, mantendo o Veto; Rozenha concordou com as palavras do Deputado Doutor George e lamentou não haver os subsídios legais acatando a proposta do Indicativo. Em votação, Veto mantido. 14. Veto Total n.º 8/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 154/2023, ao Projeto de Lei n.º 837/2023, de autoria do Deputado João Luiz, que 'Altera o artigo 5.º, o parágrafo único do artigo 9.º, e o §1.º do artigo 16, da Lei n.º 5.828, de 31 de março de 2022, que Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputada Alessandra Campêlo. Em discussão, os Deputados: João Luiz explicou que o Projeto assegura que a Assembleia tenha assento no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e elencou a importância desse ato. Garantiu que conversou com a Casa Civil a qual reconheceu a não geração de custos e pediu que o Veto fosse derrubado; Felipe Souza salientou que há uma emenda em relação à paridade e, por isso, o Projeto é legal e orientou pela derrubada do Veto. Em votação, Veto derrubado por unanimidade; 15. Veto Total n.º 09/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 155/2023, ao Projeto de Lei n. 288/2023, de autoria do Deputado João Luiz, que 'Altera o caput dos artigos 2.º, 3.º, e 4.º, da Lei n.º 3.145, de 2 de julho de 2007, que 'Institui o Projeto Jovem Cidadão, estabelecendo o seu objetivo geral, a disciplina da sua execução e outras providências'." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Dr. George Lins. Em discussão, o Deputado João Luiz elogiou o diálogo que o Governo mantém com a Casa e esclareceu que já existe uma lei instituindo o Projeto Cidadão e que a sua propositura quer que o referido Projeto seja administrado dentro do Conselho de Criança e Adolescente não gerando ônus ao Estado. Pediu que o Veto fosse derrubado; Felipe Souza orientou pela manutenção do Veto. Em votação, Veto aprovado com voto contrário do Deputado João Luiz; 16. Veto Total n.º 10/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 156/2023, "ao Projeto de Lei n.º 767/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, que Acrescenta o art. 10-B e art. 10-C na Lei nº 4.719, de 12 de dezembro de 2018, que 'Autoriza o Poder Executivo a conceder parcelamento e remissão de débitos fiscais de ICMS, IPVA e ITCMD e a dispensar créditos tributários de IPVA, isenta de IPVA, na forma e nas condições que especifica", na forma que especifica." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Wilker Barreto. Em votação, Veto aprovado; 17. Veto Total n.º 11/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 1/2024, ao Projeto de Lei n.º 346/2022, de autoria da Deputada Doutora Mayara Pinheiro, que 'Dispõe sobre a realização de exames de detecção de mutação genética dos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com histórico familiar do diagnóstico de câncer de mama ou de ovário em todo o Estado do Amazonas, e dá outras providências." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Delegado Péricles. Em votação, Veto aprovado; 18. Veto Total n.º 12/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 2/2024, ao Projeto de Lei n.º 428/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, que 'Garante às adolescentes e mulheres adultas em idade reprodutiva, atendidas na Rede Pública de Saúde, o recebimento gratuito de implantes Contraceptivos Reversíveis de Longa Duração." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputada Doutora Mayara Pinheiro. Em votação, Veto aprovado; 19. Veto Total n.º 13/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 3/2024, por inconstitucionalidade formal em virtude de vício de iniciativa e material, ao Projeto de Lei n.º 559/2023, de autoria do Deputado Dr. Gomes que 'Dispõe sobre o diagnóstico precoce e a atenção integral às pessoas neurodivergentes." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Adjuto Afonso. Em discussão, o Deputado Doutor Gomes fez um discurso emocionado em defesa da propositura e argumentou que o Projeto tem uma abrangência muito grande às crianças com lesão no Sistema Nervoso Central como os autistas e que com o diagnóstico precoce possibilitaria uma melhor qualidade de vida. Apelou que a Casa derrubasse o Veto a fim de que as crianças fossem beneficiadas. Em votação, Veto mantido com voto contrário dos Deputados Doutor Gomes e Comandante Dan; 20. Veto Total n.° 14/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.° 4/2024, por inconstitucionalidade formal em virtude de vício de iniciativa e material, "ao Projeto de Lei n.º 595/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, que 'Dispõe sobre o direito à realização de exames para a detecção de trombofilias em mulheres e as terapias para o seu tratamento." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Carlinhos Bessa. Em votação, Veto aprovado; 21. Veto Total n.º 15/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 5/2024, ao Projeto de Lei n.º 427/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, que 'Dispõe sobre a prioridade, na matrícula em creches e escolas, às crianças e adolescentes de mãe ou pai solo." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Delegado Péricles. Em votação, Veto aprovado; 22. Veto Total n.º 16/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 6/2024, ao Projeto de Lei n.º 674/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, que 'Garante, no âmbito do Estado do Amazonas, aos filhos e/ou menores sob a guarda de professores ou funcionários de escolas da rede pública estadual de ensino, a prioridade de matrícula na unidade de ensino onde esteja lotado seu responsável legal." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Felipe Souza. Em votação, Veto aprovado; 23. Veto Total n.° 17/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.° 7/2024, ao Projeto de Lei n.º 701/2023, de autoria do Deputado João Luiz, que 'Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Circulação o de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas contas de energia elétrica e gás, para os templos religiosos, Santas Casas de Misericórdia, Associações Beneficentes de Reabilitação, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e Associações Pestalozzi" Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Sinésio Campos. Em discussão, o Deputado João Luiz explicou que o Projeto foi acompanhado tecnicamente e enfatizou que os templos religiosos contribuem para a sociedade positivamente no tratamento de viciados. Esclareceu que algumas questões no projeto precisam ser ajustadas e que no Pará já existe uma lei em vigor, por isso iria fazer um Indicativo ao Governo para tomar todas as providências cabíveis. Em votação, Veto aprovado; 24. Veto Total n.º 18/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 8/2024, por Inconstitucionalidade Formal e Material, "ao Projeto de Lei n.º 351/2022, de autoria da Deputada Doutora Mayara Pinheiro, que 'Institui exame preventivo e tratamento da disfonia aos profissionais em educação que atuem em salas de aula no Estado do Amazonas.". Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Carlinhos Bessa. Em votação, Veto aprovado; 25. Veto Total n.º 19/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 9/2024, ao Projeto de Lei n.º 687/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, que 'Institui o Exercício Civil da Profissão, que obriga a prestação de serviço em municípios do interior do Estado Amazonas de graduados na área da saúde que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos". Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Comandante Dan. Em discussão, o Deputado Comandante Dan lembrou que existe uma carência de profissionais no interior e que o Projeto quer exatamente suprir essa deficiência e afirmou que a derrubada do Veto ajudaria a saúde pública. Em votação, Veto aprovado com voto contrário do Deputado Comandante Dan; 26. Veto Total n.º 20/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 10/2024, ao Projeto de Lei n.º 59/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, que 'Dispõe sobre as diretrizes para eventual implementação do Programa Estadual de Reforço à Renda decorrente de serviços ambientais no Estado do Amazonas'." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Dr. George Lins. Em votação, Veto aprovado; 27. Veto Parcial n.º 21/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 11/2024, ao Projeto de Lei n.º 423/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo que 'Reconhece a robótica como esporte de competição e assegura aos estudantes do ensino fundamental o acesso a conteúdo educacional de robótica, na forma específica'." Parecer Contrário à Manutenção do Veto: Deputado Daniel Almeida. Em votação, Veto aprovado; 28. Veto Total n.º 22/2024, enviado pela Mensagem Governamental n.º 12/2024, ao Projeto de Lei n.º 250/2023, de autoria do Deputado Felipe Souza que 'Dispõe sobre a instalação de detectores de metais nas unidades escolares públicas do Estado do Amazonas." Parecer Favorável à Manutenção do Veto: Deputado Adjuto Afonso. Em votação, Veto aprovado. Na sequência, o Secretário-Geral, Deputado JOÃO LUIZ, procedeu à leitura da Pauta de Projetos, em Discussão Geral e Votação Única: 1. Projeto de Lei n.º 994/2023, oriundo da Mensagem Governamental n.º 105/2023, "Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 5.422, de 17 de março de 2021, que 'Dispõe sobre a concessão de crédito e dispensa de licenciamento ambiental para as atividades agropecuárias e de aquiculturas, previstas nos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 3.785, de 24 de julho de 2012, e classificadas pela Portaria Ipaam n.º 88, de 11 de maio de 2020, como de pequeno potencial poluidor e degradador, quando exercidas por agricultores familiares, enquanto vigorar a declaração de estado de calamidade pública, na saúde pública no Estado do Amazonas', e dá outras providências". Recebeu Substitutivo, encaminhado pela Mensagem Governamental n.º 17/2024, tendo a ementa a seguinte redação: "Altera, na forma que especifica, o artigo 4.º da Lei n.º 5.422, de 17 de março de 2021, que 'Dispõe sobre a concessão de crédito e dispensa de licenciamento ambiental para as atividades agropecuárias e de aquiculturas, previstas nos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 3.785, de 24 de julho de 2012 e classificadas pela Portaria IPAAM n.º 88, de 11 de maio de 2020, como de pequeno potencial poluidor e degradador, quando exercidas por agricultores familiares, enquanto vigorar a declaração de estado de calamidade pública, na saúde pública no Estado do Amazonas'." Parecer Favorável, nos termos do Substitutivo, da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Parecer Conjunto Favorável, nos termos do Substitutivo, das Comissões: Assuntos Econômicos; de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural: Deputado Adjuto Afonso. Em votação, aprovado; 2. Projeto de Lei n.º 109/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 15/2024, "Altera, na forma que especifica, a Lei n.º 5.754 de 23 de dezembro de 2021, que 'Institui o Programa de Assistência Familiar no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências", e dá outras providências." Parecer Favorável da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Parecer Conjunto Favorável das Comissões: Assuntos Econômicos; e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Adjuto Afonso. Em votação, aprovado; 3. Projeto de Decreto Legislativo n. 1/2024, de autoria da Comissão Especial, "Aprova a indicação dos nomes que especifica para composição do Conselho Permanente de Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas." Enviado pela Mensagem Governamental n. 121/2023. Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Cabo Maciel. Em votação, aprovado; 4. Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/2024, de autoria da Comissão Especial, "Aprova a indicação dos nomes que específica para composição do Conselho Estadual de Trânsito do Amazonas - CETRAN/AM." Enviado pela Mensagem Governamental n.º 13/2024. Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Carlinhos Bessa. Em votação, aprovado; 5. Projeto de Lei n.º 235/2022, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, "Dispõe sobre diretrizes para ações de Incentivo ao modelo de negócio denominado Scale Up, com o fim de estimular empreendimentos inovadores e de elevado potencial de escalabilidade, no âmbito do Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Wilker Barreto; Ciência Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação: Deputada Alessandra Campêlo; Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul: Deputado Rozenha. Desarquivado pelo autor por meio do Requerimento n.º 120/2023. Em votação, aprovado: 6. Projeto de Lei n.º 52/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Apoio à Oncologia Infantil e Enfermidades Correlacionadas e dá outras providências." Recebeu Substitutivo do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: "Estabelece diretrizes gerais para implementação do Programa Estadual de Apoio à Oncologia Infantil e Enfermidades Correlacionadas, no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências." Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos do Substitutivo: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro; Saúde e Previdência: Deputado Wilker Barreto; Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Deputado Abdala Fraxe. Em votação, aprovado; 7. Projeto de Lei n.º 57/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Dispõe sobre o Programa Estadual de Tratamento da Endometriose, no Estado do Amazonas." Recebeu Substitutivo do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: "Dispõe sobre as diretrizes para Prevenção e Tratamento da Endometriose, no Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos do Substitutivo: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro; Saúde e Previdência: Deputado Wilker Barreto; Mulher, Família e da Pessoa Idosa: Deputada Alessandra Campêlo. Em votação, aprovado; 8. Projeto de Lei n.º 77/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Fica assegurado às mulheres o direito a acompanhante durante as consultas médicas, exames e demais procedimentos clínicos nos estabelecimentos de saúde públicos e privados do Estado do Amazonas." Recebeu Emenda no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor. Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Assuntos Econômicos: Deputado Adjuto Afonso; Saúde e Previdência: Deputado Wilker Barreto; Mulher, Família e da Pessoa Idosa: Deputada Alessandra Campêlo. Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Débora Menezes; 9. Projeto de Lei n.º 151/2023, de autoria do Deputado João Luiz, "Reconhece o Metaverso como método de ensino." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Ciência e Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação: Deputado Cristiano D'Ângelo; Educação: Deputado Wilker Barreto. Em votação, aprovado; 10. Projeto de Lei n.º 201/2023, de autoria do Deputado Rozenha, "Dispõe sobre o Programa de Apoio à Geração de Emprego para Jovens, no âmbito do Estado do Amazonas." Recebeu Substitutivo do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: "Dispõe sobre diretrizes de apoio à geração de emprego para jovens." Recebeu Emenda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos do Substitutivo e da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abrahim; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Deputado Comandante Dan; Assistência Social e Trabalho: Deputada Mayra Dias. Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade, João Luiz e da Deputada Débora Menezes: 11. Projeto de Lei n.º 216/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, "Dispõe sobre diretrizes para a viabilização das ações de implantação, construção, ampliação, reforma, manutenção e restauração de edificações e espaços desportivos no âmbito educacional e do desporto de alto rendimento do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Esporte e Lazer: Deputado João Luiz; Educação: Deputado Cabo Maciel. Em votação, aprovado; 12. Projeto de Lei n.º 336/2023, de autoria do Deputado Rozenha, "Institui a Semana de Conscientização sobre o Ciclo Menstrual a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 28 de maio." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro; Mulher, da Família e do Idoso: Deputada Débora Menezes. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Roberto Cidade; 13. Projeto de Lei n.º 345/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, "Garante o direito da gestante à presença e atuação de profissional de fotografia e filmagem durante o período de trabalho de parto, parto, e pós-parto imediato nos estabelecimentos de saúde localizados no Estado do Amazonas e dá outras providências." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro; Mulher, da Família e do Idoso: Deputada Mayra Dias; Defesa do Consumidor: Deputado Mário César Filho. Em votação, aprovado; 14. Projeto de Lei n.º 393/2023, de autoria do Deputado Dr. George Lins, "Veda a realização de exames ópticos em estabelecimentos ou laboratórios ópticos, bem como a prescrição de lentes de grau por profissional que não seja médico com registro no Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Econômicos: Deputado Adjuto Afonso; Saúde e Previdência: Deputado Wilker Barreto. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Mário César Filho: 15. Projeto de Lei n.º 398/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade com subscrição dos Deputados Rozenha e Mayra Dias, "Dispõe sobre as diretrizes para implementação do Programa de Incentivo ao Emprego para mães solo do Estado do Amazonas, e dá outras providências." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputada Alessandra Campêlo; Mulher, da Família e do Idoso: Deputada Mayra Dias; Assistência Social e Trabalho: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado; 16. Projeto de Lei n.º 445/2023, de autoria do Deputado Rozenha, "Dispõe sobre as diretrizes para eventual implementação do Programa Estadual de Capacitação e Conscientização dos Direitos da Mulher." Recebeu Substitutivo do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: "Dispõe sobre as diretrizes para implementação do Programa Estadual de Capacitação e Conscientização dos Direitos da Mulher." Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos do Substitutivo: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Mulher, da Família e do Idoso: Deputada Mayra Dias; Políticas sobre Drogas, Assuntos Indígenas, Cidadania e Legislação Participativa: Relator: Deputado Daniel Almeida. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Roberto Cidade; 17. Projeto de Lei n.º 470/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, "Dispõe sobre o ensino de defesa pessoal ou modalidade de luta corporal às alunas do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Mulher, da Família e do Idoso: Deputada Joana Darc; Educação: Deputado João Luiz. Em votação, aprovado; 18. Projeto de Lei n.º 557/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Veda a suspensão do pagamento de quaisquer benefícios percebidos por pessoa declarada incapaz em razão da maioridade, e dá outras providências." Recebeu emenda no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abrahim; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social: Deputado Dr. Gomes; Obras, Patrimônio e Servicos Públicos: Deputado Dr. George Lins. Em votação, aprovado; 19. Projeto de Lei n.º 609/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, "Estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Esporte e Lazer: Deputado João Luiz. Em votação, aprovado; 20. Projeto de Lei n.º 614/2023, de autoria do Deputado Thiago Abrahim, "Dispõe sobre a prioridade na remoção de Agentes de Segurança Pública que possuam filhos ou dependentes com algum tipo de deficiência." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Segurança Pública: Deputado Comandante Dan; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Sinésio Campos e da Deputada Débora Menezes; 21. Projeto de Lei n.º 689/2023, de autoria do Deputado Dr. George Lins, "Institui, no âmbito do Estado do Amazonas, diretrizes para a Política Agente Jovem Ambiental, e dá outras providências." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Wilker Barreto; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Deputada Joana Darc. Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Débora Menezes e do Deputado Comandante Dan; 22. Projeto de Lei n.º 690/2023, de autoria do Deputado Daniel Almeida, "Estabelece sanções administrativas aos que praticarem ações que violem a liberdade religiosa no Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade, João Luiz e Comandante Dan; 23. Projeto de Lei n.º 773/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, "Institui Plano de Segurança e Resposta a Ameaças nos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Thiago Abrahim; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Educação: Deputado Carlinhos Bessa; Segurança Pública: Deputado Daniel Almeida. Em votação, aprovado com subscrição da Deputada Débora Menezes e do Deputado João Luiz; 24. Projeto de Lei n.º 776/2023, de autoria do Deputado Dr. Gomes com subscrição da Deputada Joana Darc, "Dispõe sobre a criação da Central de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras e Guias Intérpretes para Surdocegos." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Assuntos Econômicos: Deputado Wilker Barreto; Assistência Social e Trabalho: Deputada Mayra Dias. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Mário César Filho; 25. Projeto de Lei n.º 781/2023, de autoria do Deputado Wanderley Monteiro, com subscrição do Deputado Rozenha, "Institui o Dia Estadual de combate aos crimes contra a Mulher na internet e dá outras providências." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Mulher, da Família e do Idoso: Deputada Alessandra Campêlo; Cultura e Economia Criativa: Deputada Mayra Dias. Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade, João Luiz, Comandante Dan e da Deputada Débora Menezes; 26. Projeto de Lei n. 791/2023, de autoria do Deputado Thiago Abrahim com subscrição dos Deputados Rozenha e Joana Darc, "Dispõe sobre diretrizes para a criação do Cadastro Estadual de Informações para o Combate à Violência contra a Mulher." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Assuntos Econômicos: Deputada Dra. Mayara Pinheiro; Mulher, da Família e do Idoso: Deputada Alessandra Campêlo. Em votação, aprovado; 27. Projeto de Lei n.º 804/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Concede atendimento prioritário à pessoa com anemia falciforme nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências." Recebeu emenda no âmbito da Comissão de Saúde e Previdência. Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos da emenda: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Felipe Souza; Saúde e Previdência: Deputado Cabo Maciel. Em votação, aprovado; 28. Projeto de Lei n.º 818/2023, de autoria do Deputado Rozenha, "Institui a Semana de Incentivo à Participação do Jovem no Processo Eleitoral." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes: Deputado Comandante Dan. Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade, Comandante Dan, João Luiz e da Deputada Débora Menezes; 29. Projeto de Lei n.º 831/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas, o aniversário da Cidade de Anamã, comemorado anualmente no dia 31 de janeiro." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado João Luiz e da Deputada Débora Menezes; 30. Projeto de Lei n. 838/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, "Institui a Semana da Segurança do Ciclista no Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Rozenha; Esporte e Lazer: Deputado João Luiz. Em votação, aprovado; 31. Projeto de Lei n.º 844/2023, de autoria do Deputado Rozenha, "Dispõe sobre a garantia da dignidade humana para pessoas com obesidade severa permitindo acesso à saúde e dá outras providências." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Assuntos Econômicos: Deputado João Luiz; Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social: Deputado Dr. Gomes; Saúde e Previdência: Deputado Cabo Maciel. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Roberto Cidade; 32. Projeto de Lei n. 858/2023, de autoria do Deputado Cabo Maciel com subscrição da Deputada Mayra Dias, "Institui Campanha de Conscientização e Incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma no Estado do Amazonas e dá outras providências." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justica e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Assuntos Econômicos: Deputada Alessandra Campêlo; Saúde e Previdência: Deputada Dra. Mayara Pinheiro. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Mário César Filho; 33. Projeto de Lei n.º 883/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Confere o título de 'Capital Estadual da Pupunha' ao Município de Beruri no Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputada Mayra Dias. Em votação, aprovado; 34. Projeto de Lei n.º 884/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre as Doenças Oculares Raras." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputada Mayra Dias. Em votação, aprovado; 35. Projeto de Lei n.º 887/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, a farinha de Uarini." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputada Mayra Dias. Em votação, aprovado; 36. Projeto de Lei n.º 898/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, "Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a 'Síndrome de Rett." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição. Justica e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputada Alessandra Campêlo; Saúde e Previdência: Deputado Wilker Barreto. Em votação, aprovado com subscrição do Deputado Doutor George Lins; 37. Projeto de Lei n.º 906/2023, de autoria do Deputado Felipe Souza, "Autoriza o livre acesso e a permanência em qualquer local, público ou privado, da pessoa com Transtorno do Espectro Autista portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal." Recebeu Substitutivo do autor, passando a ementa a vigorar com a seguinte redação: "Altera, na forma que especifica, a Lei nº 6.458 de 22 de setembro de 2023, que 'Consolida a legislação relativa à pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo - TEA e dá outras providências'." Pareceres Favoráveis das Comissões nos termos do Substitutivo: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Thiago Abrahim, Doutor George Lins, Mário César Filho e da Deputada Débora Menezes; 38. Projeto de Lei n.º 952/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, o Bloco da Maizena no município de Manacapuru." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justica e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Wanderley Monteiro. Em votação, aprovado; 39. Projeto de Lei n.º 953/2023, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas, o Bloco da Maizena realizado no município de Manacapuru." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Wanderley Monteiro. Em votação, aprovado; 40. Projeto de Lei n.º 983/2023, de autoria do Deputado Sinésio Campos, "Institui o dia do Beiradão, a ser comemorado anualmente no dia 3 de outubro." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justica e Redação: Deputado Felipe Souza; Cultura e Economia Criativa: Deputado Abdala Fraxe. Em votação, aprovado; 41. Projeto de Lei n.º 995/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Declara o Largo São Sebastião como Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Material do Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justica e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Cultura e Economia Criativa: Deputado Abdala Fraxe. Em votação, aprovado; 42. Projeto de Lei n.º 1016/2023, de autoria do Deputado Mário César Filho, "Estabelece que os Conselhos Estaduais disponibilizem seus regimentos internos em braile ou outros formatos acessíveis." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Alessandra Campêlo; Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado; 43. Projeto de Lei n.º 1130/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, "Reconhece o Brasão e a Canção, da Polícia Militar do Amazonas, como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado; 44. Projeto de Lei n.º 1135/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan. "Reconhece o Brasão e a Canção da Polícia Civil do Amazonas, como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado; 45. Projeto de Lei n.º 1143/2023, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, "Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Vice-Almirante Thadeu Marcos Orosco Coelho Lobo." Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. Em votação, aprovado; 46. Projeto de Lei n.º 1157/2023, de autoria do Deputado Comandante Dan, "Reconhece o Brasão e a Canção do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Cultura e Economia Criativa: Deputado Dr. Gomes. Em votação, aprovado; 47. Projeto de Lei n.º 1184/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Declara como de Utilidade Pública a Associação de Moradores Agroextrativista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Juma - AMARJUMA." Pareceres Favoráveis das Comissões: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputado Dr. George Lins. Em votação, aprovado; 48. Projeto de Lei n.º 1185/2023, de autoria do Deputado Roberto Cidade, "Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Dr. Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar. Pareceres Favorável das Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. Em votação, aprovado; 49. Projeto de Resolução Legislativa n.º 12/2023, de autoria do Deputado João Luiz, "Altera a Resolução Legislativa n.º 740, de 18 de dezembro de 2019, na forma que especifica" (Frente Parlamentar de Cidades Inteligentes). Parecer Favorável das Comissões: Mesa Diretora: Deputado Dr. Gomes; Constituição, Justiça e Redação: Deputado Delegado Péricles; Assuntos Econômicos: Deputado Dr. George Lins; Proteção aos animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Deputada Débora Menezes. Em votação, aprovado; 50. Projeto de Resolução Legislativa n.º 93/2023, de autoria do Deputado Thiago Abrahim, "Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor André Luiz Nunes Zogahib, e dá outras providências." Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. Em discussão, os Deputados: Thiago Abrahim enfatizou o trabalho espetacular que o Senhor André Zogahib vem fazendo à frente da Universidade do Estado do Amazonas fortalecendo a interiorização da UEA, como também a implantação do primeiro Polo Rural da Universidade na Comunidade Novo Remanso que teve seu apoio com a destinação de emendas; **Adjuto Afonso** pediu para subscrever o Projeto pela competência profissional do agraciado. Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Adjuto Afonso, Roberto Cidade, João Luiz, Felipe Souza, Mário César Filho e Doutor George Lins; 51. Projeto de Resolução Legislativa n.º 2/2024, de autoria do Deputado Dr. George Lins, "Concede a Medalha do Mérito Ruy Araújo a Doutora Márcia Perales Mendes Silva, Diretora-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam)." Parecer Favorável da Comissão Especial: Deputado Delegado Péricles. Em votação, aprovado com subscrição dos Deputados Roberto Cidade, João Luiz e Mário César Filho. Dando prosseguimento, o Presidente aprovou em bloco a Redação Final dos Proietos de Decreto Legislativo n.º 1 e 2/2024; dos Projetos de Resolução Legislativa n.º 12/2023, 93/2023 e 2/2024; e dos Projetos de Lei n.º 994/2023, 109/2024, 235/2022, 52/2023, 57/2023, 77/2023, 151/2023, 201/2023, 216/2023, 336/2023, 345/2023, 393/2023, 398/2023, 445/2023, 470/2023, 557/2023, 609/2023, 614/2023, 689/2023, 690/2023, 773/2023, 776/2023, 781/2023, 791/2023, 804/2023, 818/2023, 831/2023, 838/2023, 844/2023, 858/2023, 883/2023, 884/2023, 887/2023, 898/2023, 906/2023, 952/2023, 953/2023, 983/2023, 995/2023, 1016/2023, 1130/2023, 1135/2023, 1143/2023, 1157/2023, 1184/2023 e 1185/2023. Após, o Secretário-Geral fez a leitura, EXTRAPAUTA, dos Projetos de Lei, em Discussão Geral e Votação Única: 1. n.º 108/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 14/2024, "Altera o inciso II do § 1.º e o §2.º do artigo 10 da Lei Delegada n.º 122, de 15 de outubro de 2019, e a Parte 30 do Anexo Único da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, e dá outras providências." Parecer Favorável da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputada Débora Menezes; Parecer Conjunto Favorável das Comissões: Assuntos Econômicos; e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputada Alessandra Campêlo. Em votação, aprovado; 2. n.º 111/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 16/2024, "Autoriza o Poder Executivo Estadual a alienar, por meio de doação, imóveis pertencentes ao patrimônio público estadual, ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de implantação de projeto habitacional de interesse social no âmbito dos Programas "Amazonas Meu Lar" e "Minha Casa, Minha Vida", e dá outras providências." Parecer Favorável da Comissão: Constituição, Justiça e Redação: Deputado Carlinhos Bessa; Parecer Conjunto Favorável das Comissões: Assuntos Econômicos; e de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos: Deputada Débora Menezes. Em votação, aprovado. Ato contínuo, aprovou, EXTRAPAUTA, a Redação Final dos Projetos de Lei n.º 108/2024 e 111/2024. Na continuidade, foi feita a Promulgação: Decretos Legislativos n.º 1069 e 1070, de 6 de março 2024, respectivamente, "Aprova a indicação dos nomes que especifica para a composição do Conselho Permanente de Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas.", "Aprova a indicação do Conselho Estadual de Trânsito do Amazonas - CETRAN/AM."; Resoluções Legislativas n.º 1022, 1023 e 1024, de 6 de março de 2024, respectivamente, "Altera a Resolução Legislativa n.º 740, de 18 de dezembro de 2019, na forma especifica.", "Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor André Luiz Nunes Zogahib."; "Concede a Medalha do Mérito Ruy Araújo à Senhora Márcia Perales Mendes Silva, Diretora-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam)."; Leis Ordinárias n.º 6.773, 6.774, 6.775, 6.776, 6.777, 6.778 e 6.779, de 6 de março de 2024, respectivamente, "Cria o 'Mês da Escola Bíblica de Férias' no Estado do Amazonas como estratégia de Defesa Social e Prevenção da Violência, promovendo a integração social de crianças e adolescentes por meio de atividades educacionais, culturais e de lazer e dá outras providências.", "Institui a Política Pública de Incentivo à Disseminação do Evangelho em Unidades Prisionais, no âmbito do Estado do Amazonas.", "Dispõe sobre o fornecimento de peruca às pessoas vítimas de escalpelamento.", "Dispõe sobre a proibição do uso de músicas com palavra de baixo calão e letras que estimulem a prática de crime, apologia ao sexo ou uso de drogas nas instituições de ensino.", "Revoga a Lei n.º 5.888, de 18 de maio de 2022, que Declara Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Amazonas, o Santuário onde acontecem aparições de Nossa Senhora Rainha do Rosário e da Paz no Município de Itapiranga.", "Dispõe sobre a garantia de assentos especiais para pessoas com obesidade mórbida nos assentos de transporte fluvial intermunicipal.", "Institui o Dia do Agente Penitenciário no Estado do Amazonas". Após, o Presidente encaminhou às Comissões 12 Projetos de Lei Ordinária, sendo 10 de autoria do Deputado Cristiano D'Angelo, "Institui a 'Semana da Agricultura e Sustentabilidade' no Estado do Amazonas, e dá outras providências.", "Estabelece a criação do calendário de produção da agricultura familiar do Estado do Amazonas, e dá outras providências.", "Institui a Campanha de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado do Amazonas.", "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas, o Aniversário da Cidade de Manaquiri, comemorado anualmente no dia 25 de fevereiro.", "Institui o Dia de Mobilização a favor da Saúde Mental Materna a ser realizado anualmente na segunda-feira após o segundo domingo do mês de maio.", "Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, o tucumã.", "Dispõe sobre a isenção na transferência de imóvel rural do pequeno agricultor familiar a seus sucessores na forma que especifica, e dá outras providências."; "Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização da Atomoxetina, para tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), na Rede Pública de Saúde.", "Dispõe sobre a criação do 'Selo Amigo da Reciclagem' para pessoas jurídicas ou físicas e dá outras providências.", "Institui o Dia Estadual das Energias Limpas."; 2 de autoria do Deputado Thiago Abrahim, "Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para a defesa de dissertação de mestrado e tese de doutorado em virtude de parto, nascimento de filiação, obtenção de guarda judicial para fins de adoção e dá outras providencias.", "Acrescenta o artigo 125-A na Lei n.º 241, de 31 de março de 20151, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência (acesso da pessoa com deficiência visual aos livros didáticos nas bibliotecas públicas no Estado do Amazonas)."; 1 Projeto de Resolução Legislativa, de autoria do Deputado João Luiz, "Concede a Medalha Ruy Araújo ao Ilustríssimo Senhor Leandro Almada da Costa". Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Roberto Cidade n.º 1513, 1514 e 1527/2024; Felipe Souza n.° 1515/2024; Thiago Abrahim n.° 1517/2024; Sinésio Campos n.° 1518, 1519/2024; Wilker Barreto n.º 1520, 1521, 1522, 1523 e 1525/2024; João Luiz n.º 1524 e 1526/2024; Cabo Maciel n.º 1516 e 1528/2024. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou dos Projetos de Lei n.º 101 e 102/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho; Projeto de Lei n.º 103/2024, de autoria do Deputado Roberto Cidade; Projeto de Lei n.º 104/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto; Projeto de Lei n.º 105/2024, de autoria da Deputada Doutora Mayara, Projeto de Lei n.º 106/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes (estes em terceiro dia); Projeto de Lei n.º 107/2024, oriundo do Ministério Público do Estado do Amazonas; Projeto de Lei n.º 110/2024, de autoria do Deputado Doutor Gomes; Projetos de Lei n.º 112, 113 e 114/2024, de autoria do Deputado Cabo Maciel (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 115/2024, de autoria do Deputado João Luiz, "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa 'Mulher Segura', visando garantir a segurança e promover a autonomia das mulheres, através da implantação de medidas de prevenção e combate à violência, assistência integral e articulação entre órgãos e entidades envolvidas."; Projeto de Lei n.º 116/2024, de autoria da Deputada Doutora Mayara, "Dispõe sobre sanção administrativa para importunação sexual, a fim de preservar a segurança e dignidade das pessoas em locais públicos e privados."; Projetos de Lei n.º 117 e 118/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes, "Institui o Dia da Luta Pela Democracia."; "Institui a Semana Estadual da Ética e Cidadania."; Projeto de Lei n.º 119/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, "Dispõe sobre o parcelamento de débitos relacionados ao consumo de serviços públicos de fornecimento de água e energia elétrica, sem exigência de pagamento de entrada."; Projeto de Lei n.º 120/2024, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, "Declara como de Utilidade Pública a Cooperativa Mista e Sustentável de Produtores do Amazonas."; Projeto de Lei n.º 121/2024, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, "Concede o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Karla de Sá Fioretti."; **Projetos de Lei n.º 122 e 123/2024, de autoria do Deputado** Adjuto Afonso, "Estabelece diretrizes para políticas de incentivo ao Empreendedorismo Tradicional de Mulheres em Comunidades Tradicionais ou que descendem de Povos Originários do Estado do Amazonas.", "Institui o Dia e a Semana Estadual da Mulher Empresária Amazonense, e dá outras providências."; Projeto de Resolução Legislativa n.º 12/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto, "Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Vanilso Monteiro da Silva". (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 12ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AOS 106 ANOS DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS/IEADAM E AOS 31 ANOS DA TV E RÁDIO BOAS NOVAS. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 7 DE MARÇO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO COMANDANTE DAN.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia sete de março do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar JOÃO LUIZ, com a presença dos Deputados Comandante Dan e Doutor Gomes, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada em homenagem aos 106 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas/leadam e aos 31 anos da TV e Rádio Boas Novas, conforme Requerimentos n.º 146 e 1428/2024, de autoria do Deputado Comandante Dan. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Jonathas Câmara, Presidente da leadam; Comandante Dan, Deputado autor da propositura; Silas Câmara, Deputado representando a Câmara Federal; Thiago Câmara, Diretor-Geral da TV e Rádio Boas Novas; Amauri Colares, Secretário Municipal Extraordinário, representando o Prefeito David Almeida; Roberto Sabino, Vereador da Câmara Municipal de Manaus; Moisés Melo, 1º Vice-Presidente da Convenção-Geral da Assembleia de Deus; Antônio Tavares, 2º Vice-Presidente da Convenção-Geral da Assembleia de Deus/Ceadam; Elionai Reis, 2º Vice-Presidente da leadam; Maria José, Diretora-Geral da Faculdade Boas Novas; Rodrigo Ribeiro, Conselheiro representando a OAB/AM; Ana Lúcia Câmara, Pastora da leadam. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino Nacional interpretado pela Orquestra Boas Novas. Após, houve a exibição de um vídeo comemorativo. Com a palavra, o Deputado Comandante Dan cumprimentou todos os pastores e coordenadores presentes que atenderam ao convite para render graças a Deus e agradeceu ao Senhor pelo momento citando a Bíblia em Filipenses 1:6. Justificou a iniciativa argumentando ser o cumprimento de etapas e fez referência à trajetória da Igreja e da TV e Rádio Boas Novas. Expôs as dificuldades enfrentadas no passado e atualmente e afirmou que a confiança da Igreja está em Deus e ninguém pode impedir a Obra Santa do Senhor Jesus. Concluiu parabenizando todas as mulheres pelo seu dia. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Comandante Dan. Como orador seguinte, o Deputado João Luiz cumprimentou nominalmente cada membro da Mesa exaltando suas virtudes e competências. Fez a leitura de Atos 5:38-39 para respaldar o argumento de que a leadam foi criada pelas próprias mãos de Deus, uma vez que são mais de 243 mil pessoas salvas. Lembrou as causas defendidas pelos parlamentares evangélicos e destacou os avanços da Igreja e da TV e Rádio Boas Novas povoando o Reino de Deus. Na sequência, a Jornalista Mariana Rocha procedeu á leitura do histórico da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Em seguida, o Senhor Silas Câmara, Deputado Federal, parabenizou as mulheres pelo dia 8 de março e discorreu sobre a importância de se ter parlamentares evangélicos na política. Manifestou alegria por ter a Rede Boas Novas como a maior propagadora do Evangelho anunciando Jesus e ressaltou que a Assembleia de Deus é a única no Brasil a ter uma Rede de Comunicação. Referiuse nominalmente aos pastores dos Municípios do Amazonas que fazem a obra de Jesus e felicitou o Pastor Jonathas pela condução da Igreja e por ser exemplo para todos. Ato contínuo, o Presidente Comandante Dan entregou Placas Comemorativas. Dando prosseguimento, a Jornalista Amanda Monteiro procedeu à leitura dos nomes dos homenageados que receberam Certificados. Continuando, a Orquestra Boas Novas fez uma apresentação Cultural. Após, foi exibido um vídeo sobre a TV e Rede Boas Novas. Com a palavra, o Senhor Jonathas Câmara, Pastor-Presidente da Assembleia de Deus, agradeceu a Deus pela vida do Deputado Comandante Dan que representa os evangélicos na Assembleia e pediu aplausos a Deus pela graça, como também louvou a vida do Presidente Roberto Cidade e dos demais Deputados. Mencionou duas Leis promulgadas pela Casa, de autoria do Deputado Comandante Dan, que reforçam a presença da Igreja em lugares estratégicos como a criação da Escola Bíblica de Férias e a pregação da palavra de Deus nas unidades prisionais. Esclareceu que os pastores são transitórios e que o dono da Igreja é o Senhor Jesus e homenageou os dezesseis pastores que o antecederam, aplaudindo Jesus por ser o Pastor Supremo. Ministrou sobre a liderança de Jesus, citando o livro bíblico de Mateus, e mencionou quatro aspectos da inteligência espiritual e divina fazendo uma analogia à leadam e à Boas Novas. Concluiu apresentando um louvor ao Senhor Jesus e dando glórias ao único que é digno. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Especial de amanhã às 14h. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 7 DE MARÇO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO.

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de março do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar CARLINHOS BESSA, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Débora Menezes, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Sinésio Campos, Rozenha, Thiago Abrahim e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Delegado Péricles, Roberto Cidade, Doutora Mayara e Wanderley Monteiro tiveram suas faltas justificadas através dos Memorandos n.º 55, 28, 32 e 22/2024, respectivamente, e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. Na Fase Preliminar, o EXPEDIENTE foi lido pelo próprio Presidente, Deputado CARLINHOS BESSA, e constou dos Ofícios n.º 500, 556, 462, 498, 555, 497 e 501/2024/ACC, do Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa

Civil, respondendo aos Requerimentos: I - n.º 5322/2023, de autoria da Deputada Débora Menezes, solicitando que seja realizado medidas efetivas que disponham sobre a climatização do Centro de Ginástica do Amazonas Bianca Maia Mendonça (2024.9.008784), II - n.° 4372 e 2967/2023, de autoria do Deputado Alcimar Maciel, solicitando o envio de uma equipe técnica para efetuar serviços de recuperação da ponte do Ipixuna no rio Arari, no município de Itacoatiara/AM, e a criação de uma Unidade do PAC nas dependências desta casa Legislativa (2024.9.008706 e 8842). III - n.º 3844 e 5699/2023, de autoria da Deputada Joana Darc, indicando ao Governo, a proposta de Anteprojeto de Lei, que 'Institui o Programa Óculos Falantes para pessoas com deficiência nas bibliotecas e na rede pública.' e a construção de área de lazer para o Conjunto Carlos Braga, localizado no Bairro Monte das Oliveiras, Município de Manaus (2024.9.008700), IV - n.º 4970/2023, de autoria do Deputado João Luiz, indicando ao Governo a pesquisa e tecnologia para mitigação da estiagem e queimadas: a indução de chuvas como solução estratégica para o Estado (2024.9.008843), V - n.º 4153/2023, de autoria do Deputado Rozenha, propondo a implementação de salas de escuta especializada e depoimento pessoal para proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Município de Manaus/AM. (2024.9.008829). Como primeiro orador, o Deputado Comandante Dan externou preocupação com o crescente índice de violência contra a mulher e afirmou que a classe feminina merecia respeito e cuidados especiais. Em outro assunto, fez o registro dos 106 anos da Assembleia de Deus e enfatizou a importância de uma religião na sociedade. Teceu comentários sobre o papel relevante da mulher no âmbito da segurança pública e elencou as conquistas delas na segurança pública brasileira. Como orador seguinte, o Deputado Wilker Barreto voltou a denunciar o não pagamento dos servidores terceirizados da Seduc e prometeu recorrer ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público a fim de solucionar a questão. Concluiu alertando para a possibilidade de o serviço de radioterapia da Fundação Cecon parar de funcionar. Na sequência, o Deputado Adjuto Afonso parabenizou os 138 anos do município de Lábrea e elogiou a gestão do atual prefeito. Em outro assunto, manifestou preocupação com a cidade de Boca do Acre que estava alagada devido às enchentes e solicitou a Defesa Civil do Estado que homologasse de imediato o Decreto de Calamidade do Prefeito, visto que a situação era caótica. Após, o Deputado João Luiz destacou a entrega de automóveis e equipamentos a FVS para dar suporte aos municípios do Estado do Amazonas nas campanhas de combate às endemias. Em outro assunto, criticou o autoritarismo de um Coordenador da Seduc em Manacapuru com os professores e alunos das unidades escolares do referido município e defendeu um tratamento humanizado no serviço público. Neste instante, a Deputada Alessandra Campêlo assumiu a Presidência e transpôs os trabalhos ao Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Wilker Barreto informou que deixou o Partido Cidadania e havia se filiado ao Mobiliza e reiterou que iria se manter firme aos seus princípios e convicções prometendo oficializar ainda hoje a decisão partidária junto à Mesa Diretora da Assembleia. Dando prosseguimento, o Deputado Comandante Dan voltou a condenar o elevado número da violência contra a mulher e observou que o não pagamento aos terceirizados da Seduc também era uma forma de agressão às trabalhadoras da limpeza. Em outro assunto, externou descontentamento com os Projetos de Lei de sua autoria que foram vetados pelo Governador argumentando ser temas relevantes à sociedade. Na Ordem do Dia, a Presidente encaminhou às Comissões 1 Projeto de Lei Complementar, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, "Altera a Lei Complementar n.º 261, de 28 de dezembro de 2023, para incluir a Escola Judicial do Tribunal de Justica na Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas."; 7 Projetos de Lei Ordinária, sendo 1 de autoria do Deputado Mário César Filho, "Dispõe sobre diretrizes para o estímulo ao empreendedorismo para alunos do Ensino Médio da rede pública de ensino, e dá outras providências."; 2 de autoria do Deputado Rozenha "Institui diretrizes de Atenção aos Pacientes com Câncer Infantojuvenil.", "Institui diretrizes de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Trabalho e dá outras providências."; 2 de autoria do Deputado Doutor George Lins, "Dispõe sobre meios que assegurem aos estudantes o desconto de 10 % (dez por cento) na aquisição de livros.", "Dispõe sobre a Política Estadual de proteção e direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes. refugiadas, apátridas e solicitantes de refúgio, com idade até 16 (dezesseis) anos, nas redes públicas de educação básica no âmbito do Estado do Amazonas."; 2 de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo "Institui Programa de Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais (PFCL) no Estado do Amazonas.", "Institui a classificação de Agricultor Prestador de Serviços Ambientais e estabelece incentivos". Ato contínuo, deferiu 3 Requerimentos, sendo 1 de autoria do Deputado Doutor Gomes (1529/2024); 1 de autoria do Deputado Cabo Maciel (1530/2024) e 1 de autoria do Deputado Wilker Barreto (1531/2024). A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 107/2024, oriundo do Ministério Público do Estado do Amazonas; Projeto de Lei n.º 110/2024, de autoria do Deputado Doutor Gomes; Projetos de Lei n.º 112, 113 e 114/2024, de autoria do Deputado Cabo Maciel, (estes em terceiro dia); Projeto de Lei n.º 115/2024, de autoria do Deputado João Luiz; Projeto de Lei n.º 116/2024, de autoria da Deputada Doutora Mayara; Projetos de Lei n.º 117 e 118/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes; Projeto de Lei n.º 119/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, Projeto de Lei n.º 120/2024, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; Projeto de Lei n.º 121/2024, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo; Projetos de Lei n.º 122 e 123/2024, de autoria do Deputado Adjuto Afonso; Projeto de Resolução Legislativa n.º 12/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto (estes em segundo dia); Projetos de Lei n.º 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132 e 133/2024, de autoria do Deputado Cristiano D'Angelo, "Institui a 'Semana da Agricultura e Sustentabilidade' no Estado do Amazonas, e dá outras providências.", "Estabelece a criação do calendário de produção da agricultura familiar do Estado do Amazonas, e dá outras providências.", "Institui a Campanha de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado do Amazonas.", "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas, o Aniversário da Cidade de Managuiri, comemorado anualmente no dia 25 de fevereiro.", "Institui o Dia de Mobilização a favor da Saúde Mental Materna a ser realizado anualmente na segunda-feira após o segundo domingo do mês de maio.", "Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas, o tucumã.", "Dispõe sobre a isenção na transferência de imóvel rural do pequeno agricultor familiar a seus sucessores na forma que especifica, e dá outras providências."; "Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização da Atomoxetina, para tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), na Rede Pública de Saúde.", "Dispõe sobre a criação do 'Selo Amigo da Reciclagem' para pessoas jurídicas ou físicas e dá outras providências.", "Institui o Dia Estadual das Energias Limpas."; Projetos de Lei n.º 134 e 135/2024, de autoria do Deputado Thiago Abrahim, "Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para a defesa de dissertação de mestrado e tese de doutorado em virtude de parto, nascimento de filiação, obtenção de guarda judicial para fins de adoção e dá outras providencias.", "Acrescenta o artigo 125-A na Lei n.º 241, de 31 de março de 20151, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência (acesso da pessoa com deficiência visual aos livros didáticos nas bibliotecas públicas no Estado do Amazonas)."; Projeto de Resolução Legislativa n.º 13/2024, de autoria do Deputado João Luiz, "Concede a Medalha Ruy Araújo ao Ilustríssimo Senhor Leandro Almada da Costa". (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Especial de logo a seguir. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 13ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA PARA ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO DO AMAZONAS AO SENHOR MARCELO CORDEIRO BERTOLUCCI. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 8 DE MARÇO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO MÁRIO CÉSAR FILHO.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia oito de março do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar MÁRIO CÉSAR FILHO, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada para entrega do Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Marcelo Cordeiro Bertolucci, conforme Projeto de Lei n.º 372/2023, de autoria do Deputado Delegado Péricles, subscrito pelo Deputado Comandante Dan, que se tornou a Lei Ordinária n.º 6.241, de 1º de junho de 2023. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Flávio Cordeiro Antony Filho, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, representando o Governador Wilson Lima; Marcelo Cordeiro Bertolucci, homenageado; Leonardo Smith, Delegado da Delegacia de Repressão às Drogas, representando o Superintendente Regional da Polícia Federal; Lindsey Queiroz de Villar Aleixo, representando o 7º Comar; Elson Ribeiro, representando a OAB/Amazonas; Antônio Aleixo, Presidente da Federação de Luta Livre do Amazonas. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino Nacional brasileiro. Após, a Jornalista Amanda Monteiro procedeu à leitura do histórico da Comenda. Em seguida, o Presidente Mário César Filho entregou o Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Marcelo Cordeiro Bertolucci e justificou a ausência do Deputado Delegado Péricles, como também deu boas-vindas aos Senhores Fabrício Lima, Costa e Silva e Andreson. Com a palavra, o Senhor Elson Ribeiro felicitou as mulheres pelo seu dia e afirmou que o agraciado é merecedor da honra porque, embora não tenha nascido no Amazonas, fez faculdade aqui e trouxe a Luta Livre para o Estado, além de ser um agente da Polícia Federal. Na sequência, o Senhor Marcelo Cordeiro Bertolucci também parabenizou as mulheres pelo dia, citando a mãe e a esposa, e agradeceu à Casa, em especial ao Presidente Roberto Cidade e ao Deputado Delegado Péricles, pela honraria. Fez um resumo de sua trajetória profissional e lembrou que em sua cidade natal, Rio de Janeiro, foi candidato a Deputado Estadual em 2022 e, por isso, admira muito a política. Explicou que chegou a Manaus em 1988 quando foi aprovado no cargo de Agente da Polícia Federal e exerceu as funções na cidade onde cursou Direito na Ufam e obteve a sua OAB e que deixou o lugar porque conseguiu a aprovação no cargo de Delegado cujo desempenho ocorreu no Rio de Janeiro. Discorreu sobre seu amor às lutas marciais e como contribuiu para que esse esporte se intensificasse no Amazonas, citou o nome dos Mestres de Faixa Preta que o influenciaram e registrou o seu pioneirismo no Estado com a implantação da Luta Livre. Como orador seguinte, o Senhor Flávio Cordeiro Antony Filho cumprimentou nominalmente a Mesa destacando as qualidades de cada convidado, pontuou as contribuições do homenageado ao Amazonas e a sua dedicação às artes marciais e elogiou o Deputado Delegado Péricles pela iniciativa. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e reiterou que a homenagem era justa e merecida. Ato contínuo, todos de pé, ouviram o Hino do Amazonas. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 20ª LEGISLATURA. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 12 DE MARÇO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS.

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de março do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar ROBERTO CIDADE, com a presença dos Deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Cristiano D'Angelo, Comandante Dan, Daniel Almeida, Delegado Péricles, Doutor George Lins, Doutor Gomes, Doutora Mayara, Felipe Souza, João Luiz, Mário César Filho, Sinésio Campos, Rozenha, Wanderley Monteiro e Wilker Barreto, sendo que os Deputados Thiago Abrahim e Débora Menezes tiveram suas faltas justificadas através dos

Memorandos n.º 41 e 37/2024, respectivamente, e as Deputadas Mayra Dias e Joana Darc encontram-se em licença-maternidade. Na Fase Preliminar, o EXPEDIENTE foi lido pelo Secretário-Geral, Deputado JOÃO LUIZ, e constou dos Ofícios: 1. n.º 1/2024/MN33, enviado pelo Presidente do Partido Mobilização Nacional, Sandro Ricardo Gomes Marques, informando a filiação do Deputado Wilker Barreto ao Partido bem como o exercício de sua Liderança nesta Assembleia. (2024.9.009691); 2. n.º 852/2024/Seduc, da Senhora Arlete Ferreira Mendonça, Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar, respondendo ao Requerimento n.º 557/2023, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo, indicando que seja instituída licença remunerada para servidoras estaduais que são vítimas de violência doméstica e familiar. (2024.9.009704). Como primeiro orador, o Deputado Wilker Barreto registrou que vem insistindo ao longo de seus mandatos acerca da capacidade de gestão, uma vez que isso implica diretamente na qualidade de vida dos cidadãos. Exibiu dois vídeos sobre a reunião para a apresentação do Relatório do quadrimestre da SES/AM, ocorrida ontem, no seio da Comissão de Saúde, em que o Secretário Anoar reconheceu que não sabe fazer gestão de pagamento e questionou por que o Secretário ainda continua na Pasta mesmo admitindo algo tão grave. Anunciou que convidou o Secretário a vir à Casa apresentar os números da SES, uma vez que o gestor afirmou que precisaria de sete bilhões de reais/ano para cumprir todas as metas, sendo contestado pela Deputada Doutora Mayara que argumentou que o Paraná com onze milhões de habitantes precisa de dez bilhões e o Amazonas com apenas quatro precisaria do montante de onze bilhões. Como orador seguinte, o Deputado Comandante Dan informou que amanhã estará em Brasília em uma reunião com o novo Ministro da Justica e Segurança Pública a fim de discutir políticas voltadas a conter a insegurança no Amazonas. Parabenizou o Governador por reduzir em 6% os crimes intencionais no Estado neste ano de 2024 e considerou um avanço na redução dos indicadores de violência. Cobrou a database dos policiais e defendeu a GLO como estratégia de resolução dos problemas mais graves. Na sequência, o Deputado João Luiz repercutiu a Sessão Especial que realizou ontem no Plenário para homenagear os servidores do Sistema Socioeducativo e elogiou o trabalho humanizado que tem ocorrido no Centro Dagmar Feitosa que realmente reabilita os adolescentes. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Carlinhos Bessa que transpôs os trabalhos ao Grande Expediente continuando na tribuna o Deputado João Luiz que parabenizou o Centro Dagmar Feitosa por mais um aniversário, apresentando uma Moção de Parabenização pelos 41 anos, como também relatou que contou sua história de superação a fim de inspirar outros jovens. Felicitou ainda a Sejusc pelo apoio e pelo trabalho excepcional realizado no Centro. Em outro tema, criticou a Conferência da Cultura realizada em Brasília que excluiu a arte cristã das discussões e prometeu encaminhar ao Ministério da Cultura uma Nota de Repúdio por não dar voz aos cristãos, mesmo o tema sendo "Democracia e Direito à Cultura". Em aparte, o Deputado Comandante Dan defendeu os cristãos que promovem e praticam o bem e que teriam muito a contribuir na Conferência e assinou a Nota de Repúdio por entender que se trata de uma pauta de princípios e de valorização da família. Acolhido o aparte, o Deputado João Luiz convidou os Deputados a assinarem a Nota de Repúdio e juntos trabalharem em prol do fortalecimento da família e dos princípios cristãos. Em outro assunto, parabenizou o Projeto Respirar pelos 359 mil atendimentos e 72 mil amazonenses beneficiados e salientou que o Projeto melhora a vida da população. Concluiu retomando o tema da BR 319 e reiterou seu posicionamento favorável ao recapeamento da via, bem como à reconstrução das pontes colapsadas. Após, a Deputada Doutora Mayara repercutiu o elevado número de casos de dengue no Estado e apresentou uma sugestão positiva, baseada em estudos científicos, para prevenir a doença que foi compilada em um Projeto de Lei cujo objetivo principal é o controle do vetor. Em outro tema, comentou que foi a Deputada que mais destinou emendas à saúde por ser médica e por já ter sido Secretária Municipal de Saúde em Coari e fez um resumo de suas ações voltadas à Pasta principalmente à saúde do interior. Na sequência, o Deputado Comandante Dan sugeriu alguns indicativos à BR 319 como providências a serem tomadas em relação às pontes colapsadas e a necessidade de uma representação das empresas que operam na rodovia. Em outro tema, voltou a dizer que amanhã estará em Brasília no Ministério da Justica e Segurança Pública onde discutirá questões voltadas a fortalecer a segurança pública no Estado elencando algumas sugestões eficazes no combate à violência como a presença física do Gabinete de Segurança nas fronteiras em especial em Tabatinga, a valorização dos policiais e a implementação da GLO. Concluiu elogiando mais uma vez o Sistema de Segurança Pública do Amazonas pela redução dos índices de violência comparando aos anos anteriores. Neste momento, retornou à Presidência o Deputado Roberto Cidade que iniciou uma Cessão de Tempo de autoria do Deputado Sinésio Campos, conforme Requerimento n.º 1452/2024, em favor do Grupo de Trabalho do Ministério dos Transportes compondo a Mesa os Senhores Carlos Henrique dos Reis Lima, Secretário de Estado de Infraestrutura, representando o Governador Wilson Lima, Orlando Machado, Superintendente do DNIT e Joel Bentes, Superintendente do Ibama. Com a palavra, o Deputado Sinésio Campos, por meio de slides, defendeu a BR 319, questionou por que uma BR tão importante para os Estados do Amazonas e de Rondônia não é estruturada e ressaltou que existe uma Frente Parlamentar em Defesa da BR na Casa. Dando prosseguimento, o Deputado Wilker Barreto afirmou que a pavimentação da BR fortalece a autonomia do Amazonas e alertou para a possibilidade de uma nova seca severa colocando o Estado no isolamento. Propôs aos Governadores Estaduais que pudessem assumir a pavimentação da via, se for vencida a etapa ambiental, a exemplo do que aconteceu com a BR 174 que foi asfaltada pelo então Governador Amazonino Mendes. Concluiu anunciando que iria se ausentar do plenário. Na continuidade, o Senhor Orlando Machado, Superintendente do DNIT, explicou que o Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério dos Transportes não pôde comparecer e que o DNIT faria alguns esclarecimentos sobre a rodovia começando com uma linha do tempo sobre a via, assegurando que seria construída uma ponte de concreto sobre o rio Curuçá e garantiu que seria entregue até o mês de outubro deste ano mostrando o cronograma de execução da obra. Frisou que a ponte do rio Autaz Mirim precisou de um reforço nas fundações e que há um planejamento para que seja entregue também em outubro. Clarificou que enquanto as pontes de concreto não ficam prontas, o DNIT optou por balsas em razão de as pontes de madeira terem um custo muito alto e ineficaz. Em relação à pavimentação, afirmou que o Trecho do Meio da BR, Km 250 ao Km 655, está em processo de elaboração de estudos e projetos básico e executivo e licitação de obras para a construção de pontes de concreto, como também expôs o que o DNIT tem feito para a manutenção do trecho não pavimentado. Observou que a pavimentação não é tão simples e que a demanda é grande e anunciou que o Amazonas foi contemplado com o Programa Revitaliza mencionando os serviços executados nos trechos que já foram pavimentados. Apresentou ainda os valores já empregados na rodovia nos anos de 2020, 2021 2022 e 2023 e enfatizou que o Governo Lula foi o que mais investiu na via por reconhecer a importância para a região. Concluiu reafirmando o compromisso de continuar fazendo o melhor para que a BR funcionasse a contento. Manifestaram-se os Deputados: Roberto Cidade salientou que a Cessão realizada pelo Deputado Sinésio Campos demonstra a responsabilidade da Assembleia com a BR 319 e fez observações relevantes acerca das dificuldades enfrentadas por todos os que precisam da via como a Zona Franca de Manaus que teve suas atividades paralisadas durante a seca severa em razão do não funcionamento da rodovia. Lembrou que esteve em Humaitá quando o Ministro dos Transportes era o Senhor Tarcísio e que sempre acompanhou de perto a situação da BR. Pediu que fosse feita uma prestação de contas das obras à Assembleia e se colocou à disposição para somar esforços no sentido de resolver a questão; João Luiz rememorou que, durante o Carnaval, percorreu a BR 319 e exibiu novamente o relato de uma criança que mora no entorno do local chamado Vítor cujo sonho é ser policial chamando atenção para o fato de que sem a pavimentação da rodovia não há como realizar o sonho do menino. Lembrou que a não revitalização da rodovia provoca o aumento da Cesta Básica do Amazonas e afirmou que durante a viagem encontrou um caminhão parado há dois dias por não consegui trafegar na via inclusive no local que já havia sido pavimentado pelo DNIT. Clarificou que existem mais de duzentas placas na rodovia avisando que está em manutenção, mas não há trabalhadores na pista, apenas os avisos e prometeu entregar um relatório técnico sobre a BR que sugere. entre outras coisas, o monitoramento e a fiscalização de vários órgãos como Polícia Federal, Ibama e DNIT e o Projeto Rodovia Sustentável; Adjuto Afonso parabenizou o Deputado Sinésio Campos pelo momento, questionou se o relatório feito pelo DNIT iria ser analisado pelo Grupo de Trabalho e sugeriu que houvesse um representante do Amazonas no Grupo; Rozenha elogiou o espírito público do Superintendente do DNIT e o eximiu de qualquer culpa por ter assumido o órgão no segundo semestre do ano passado. Opinou que a rodovia se tornou uma "indústria de manutenção e conservação" citando os números absurdos investidos em consórcios que não mantêm a rodovia trafegável. Considerou uma afronta ao povo e contestou a fala da Ministra Marina Silva que alegou que a rodovia não tem viabilidade econômica, ressaltando que a via promove integração. Cobrou a falta de asfalto na rodovia, já que as manutenções envolvem britas e pedras que são apenas paliativas, bem como a demora na construção das pontes colapsadas. Concluiu apelando ao Superintendente que se esforçasse mais para que a rodovia realmente fosse pavimentada e deixasse de escravizar a população; Doutor Gomes considerou a rodovia um descaso do Governo Federal com o povo e acrescentou a má vontade com a região Norte pedindo que o Governo Lula avance na questão; Comandante Dan expressou a sua confiança no Deputado Sinésio para fazer as articulações necessárias a fim de que a rota da vida saia do papel e mencionou as ações de seu mandato voltadas a contribuir com a temática. Pediu prioridade na ponte do rio Autaz-Mirim. Neste momento, assumiu a Presidência o Deputado Sinésio Campos que estendeu o debate para a plateia concedendo a palavra aos seguintes convidados: Nelson Azevedo, Vice-Presidente da Federação das Indústrias, explicou que participou de várias reuniões como esta sobre a BR e que nada é feito de concreto e que não existe ninguém contra a BR, no entanto, por algum motivo, não é asfaltada e solicitou a união de todos em razão de um bem maior. Observou também que há muitos projetos para a via, porém pouca execução e colocou a Federação das Indústrias à disposição no sentido de somar esforços.; Juarez Balduíno, sócio da Empresa Balduíno, destacou a configuração de logística da BR 319 que foi feita há quarenta anos e que hoje é muito mais complexa e indispensável ao bom funcionamento do Polo Industrial sendo impossibilitado pela precariedade da estrada e sugeriu a construção de uma ponte na parte norte da BR 319 a fim de evitar a estrangulação; Edjane Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Amazonas/Fetagri/AM, criticou as narrativas que abordam a devastação da floresta como consequência da revitalização da via e assegurou que o povo da região sabe cuidar do meio ambiente. Como representante do Setor Primário, salientou que a BR é indispensável para o escoamento da produção; Rubelmar de Azevedo, Professor da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, abordou alguns factoides que se lançam em nível mundial propagando ideias equivocadas a respeito da BR e frisou que não iria discorrer sobre a técnica, mas mostrar que a via é viável e eficaz. Neste momento, o Presidente Sinésio Campos contestou o posicionamento do Senhor Nelson Azevedo argumentando que é a primeira vez que se tem uma atividade sobre a BR dessa dimensão que reúne representantes do Ibama, DNIT e Governo do Estado e que acredita que a situação seria resolvida; Professor Sansone, representante do GT da Construção Naval, parabenizou o Deputado Sinésio Campos pelo evento e discorreu também sobre a logística da rodovia a exemplo do que aconteceu no Canal do Panamá que teve problemas por falta de se observar a logística. Citou a China que estaria estabelecendo a nova rota da seda pelo Peru e defendeu a tecnologia como a forma mais rápida de pavimentar a BR com a ajuda internacional. Neste momento, o Deputado Sinésio Campos esclareceu que a rota dos chineses não interessa para a Região Norte e que a rota do desenvolvimento sustentável defendida de forma intransigente por ele e ideal para o Estado é a Rota Manta-Manaus que reduziria em 25 dias o trajeto sem tirar vidas como aconteceu no Canal do Panamá; Vicente Filizzola, Presidente da Força Sindical, esclareceu que a BR não foi feita de qualquer jeito e que foi realizado um estudo pelos Militares garantindo que a estrada é viável e instituída para servir ao povo. Criticou o fato de as pontes colapsadas ainda não terem sido reconstruídas e exigiu que o DNIT tivesse mais vontade com a região; Antônio Sérgio, Presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos, parabenizou o Deputado Sinésio Campos pelo momento, afirmou que sem a estrutura rodoviária, os caminhoneiros perdem competitividade dando como exemplo a BR 174 que devido a situação precária diminuiu o comércio com a Venezuela. Refutou a Portaria do DNIT que limita o tráfego de caminhões de carga na BR 319 considerando-a intimidatória e reiterou a importância da via para os profissionais de sua categoria e chamou atenção para a necessidade de transporte de mercadorias para o interior e não apenas para a capital. Elogiou o Superintendente do DNIT por tornar a BR trafegável na época da chuva, o que antes não acontecia; Jair Souto, Prefeito de Manaquiri, reverberou as dificuldades do Município que administra apresentando Managuiri como uma segunda alternativa de travessia, e alertou para a possibilidade de se perder o porto do Careiro em função do problema da BR; Afonso Lins, Presidente do CREA, ressaltou que existe o estudo socioeconômico da BR 319 e assegurou que há também um Projeto da BR 444 que desvia a BR 319 ao Managuiri passando por Manacapuru. Parabenizou o Governo Lula pela criação do Grupo de Trabalho e fez os seguintes questionamentos ao DNIT: 1. Em que estágio está o Plano Básico Ambiental e se há alguma previsão para a submissão do PBA ao Ibama, já que o licenciamento prévio foi concedido pelo órgão em 2002; 2. Como fica a locação de recursos para as obras do Trecho do Meio; 3. Estão mantidos os dois projetos de engenharia para o Trecho do Meio; 4. Haverá nova atualização dos projetos de engenharia; 5. A contratação será integrada. Neste momento, o Deputado Sinésio Campos perguntou se alguém mais gostaria de falar e não havendo mais orador, dirigiu-se ao Superintendente do Ibama indagando se quanto ao licenciamento da BR, tem alguma pendência. Em reposta, o Senhor Joel Bentes explicou que o Ibama está esperando a apresentação do Projeto Básico Ambiental fornecido pelo DNIT para fazer as análises necessárias e que, atualmente, não há nenhuma pendência. Aproveitou o ensejo para fazer alguns esclarecimentos, entre eles, o fato de que o Ibama do Amazonas não analisa licenciamentos possuindo uma representante em Brasília onde está a Diretoria de Licenciamento. Por meio de slides, clarificou que em dois trechos da rodovia existe um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ibama e o DNIT, pois antigamente não existiam licenças, e que esses trechos funcionam normalmente; já em relação ao Trecho do Meio, só existe licença para a conservação da rodovia e uma licença prévia para a pavimentação, sendo que para se executar a obra, é necessária a apresentação da documentação pelo DNIT e reiterou que o Ibama não deve nada para a pavimentação da BR 319 e que o órgão se pronuncia apenas nas questões técnicas quando é provocado. Após, o Senhor Carlos Henrique reafirmou o consenso de a rodovia ser importante para o Amazonas, registou o alto nível da reunião presidida pelo competente Deputado Sinésio Campos, fez algumas ponderações acerca da modernização dos projetos para a via e colocou o Governo do Amazonas à disposição visando contribuir com a revitalização do local. Com a palavra, o Superintendente do DNIT, Senhor Orlando Machado, agradeceu a receptividade dos amazonenses e ao Deputado Sinésio Campos pela oportunidade. Clarificou que o Governo Federal estaria dando toda a atenção à BR 319 citando uma fala do Ministro dos Transportes e explicitou que há um esforço de toda a Bancada do Amazonas no Senado para que a rodovia seja asfaltada. Pontuou que o DNIT tem um planejamento cuja prioridade é manter a BR trafegável e que o órgão está trabalhando pela pavimentação que economicamente já está aprovada. Exemplificou que a BR 174 também estava crítica no trecho indígena e que já foi recapeada e que o DNIT possui uma visão a curto e longo prazo sobre a BR 319 incluindo a questão das pontes que terão que ser substituídas futuramente porque se tornarão um gargalo ao trânsito. Informou que as pontes dos rios Curuçá e Autaz-Mirim serão entregues até outubro deste ano e que não falta dinheiro para investir, no entanto existe um cronograma a ser observado. Concluiu se colocando à disposição para futuras discussões e ressaltando que as placas citadas pelo Deputado João Luiz foram colocadas ao longo da BR porque o DNIT tem a intenção de cumprir o que está prometendo. De imediato, o Presidente Sinésio Campos perguntou o prazo que o DNIT daria para entregar o Projeto Básico do Trecho do Meio ao Ibama. Em resposta, o Superintendente Orlando sinalizou para o segundo semestre do ano, pontuando que politicamente e tecnicamente as coisas estão avançando. Reavendo a palavra, o Presidente Sinésio Campos afirmou que tudo o que diz respeito ao Governo do Amazonas iá foi realizado, sendo interrompido pelo Superintendente Orlando que frisou que o DNIT não é contra o meio ambiente e que alguns entraves que aconteceram não foram em função disso. Neste momento, o Presidente Sinésio Campos pediu que todos os passos do DNIT fossem informados à Assembleia e garantiu o empenho do Governo Lula para pavimentar a via e encerrou a Cessão de Tempo iniciando a Ordem do Dia encaminhando às Comissões 14 Projetos de Lei Ordinária, sendo 2 de autoria da Deputada Doutora Mayara, "Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de vídeo para monitoramento no interior dos veículos de transporte escolar.", "Institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo Interiorano."; 2 de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo, "Institui o Dia Estadual do Pesquisador Científico.", "Dispõe sobre a inclusão do conteúdo 'Agropecuária e Educação Sanitária' no plano curricular das escolas da rede pública e privada de ensino da educação básica e fundamental do Estado do Amazonas."; 4 de autoria do Deputado Rozenha, "Institui o Selo Empresas contra o Aedes Aegypti.", "Dispõe sobre as diretrizes de prevenção da dengue nas escolas da rede pública e privada e dá outras providências.", "Institui a Semana Estadual da Entidades Assistenciais.", "Institui o selo de qualidade 'Balada Preventiva' a ser concedido pelo Poder Público estadual para estabelecimentos comerciais que adotem medidas de segurança em favor das mulheres."; 1 de autoria do Deputado Comandante Dan, "Dispõe sobre a venda de uniforme de servidores da segurança pública e dá outras providências."; 4 de autoria da Deputada Débora Menezes, "Institui o cadastro de informações sobre pessoas condenadas pela prática de crimes contra a vida de agentes da segurança pública do Estado.", "Institui a Semana do Soldado.", "Dispõe sobre a vedação de conteúdo erótico, pornográfico e obsceno no ambiente escolar, e dá outras providências.", "Institui Medidas de Conscientização sobre o Xeroderma Pigmentoso, e dá outras providências."; 1 de autoria do Deputado Mário César Filho, "Dispõe sobre diretrizes para criação do programa de Incentivo à Reciclagem e Reuso de Materiais."; e 2 Projetos de Resolução Legislativa, sendo 1 de autoria da Deputada Doutora Mayara, "Dispõe sobre a criação de salas exclusivas para amamentação, extração, armazenamento e conservação adequada do leite materno.", e 1 de autoria do Deputado Carlinhos Bessa, "Concede a Medalha Ruy Araújo à sua Excelência, Promotora de Justiça Renilce Helen Queiroz de Sousa". Ato contínuo, deferiu os Requerimentos dos seguintes Deputados: Alessandra Campêlo n.º 1532 e 1548/2024; **Doutora Mayara** n.° 1533/2024; **João Luiz** n.° 1534, 1535, 1536, 1546, 1547, 1550 e 1552/2024; **Mário César Filho** n.° 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542 e 1543/2024; Roberto Cidade n.° 1544 e 1545/2024; Débora Menezes n.° 1549/2024; Delegado Péricles n.° 1551/2024 (Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.° 107/2024); Daniel Almeida n.° 1553/2024. A caminho do fim, a Pauta de Tramitação foi dada como lida e constou do Projeto de Lei n.º 115/2024, de autoria do Deputado João Luiz; Projeto de Lei n.º 116/2024, de autoria da Deputada Doutora Mayara; Projetos de Lei n.º 117 e 118/2024, de autoria da Deputada Débora Menezes; Projeto de Lei n.º 119/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, Projeto de Lei n.º 120/2024, de autoria do Deputado Carlinhos Bessa; Projeto de Lei n.º 121/2024, de autoria da Deputada Alessandra Campêlo; Proietos de Lei n.º 122 e 123/2024. de autoria do Deputado Adiuto Afonso: Projeto de Resolução Legislativa n.º 12/2024, de autoria do Deputado Wilker Barreto (estes em terceiro dia); Projetos de Lei n.º 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132 e 133/2024, de autoria do Deputado Cristiano D'Angelo, Projetos de Lei n.º 134 e 135/2024, de autoria do Deputado Thiago Abrahim, Projeto de Resolução Legislativa n.º 13/2024, de autoria do Deputado João Luiz, (estes em segundo dia); Projeto de Lei n.º 136/2024, de autoria do Deputado Mário César Filho, "Dispõe sobre diretrizes para o estímulo ao empreendedorismo para alunos do Ensino Médio da rede pública de ensino, e dá outras providências."; Projetos de Lei n.º 137 e 138/2024, de autoria do Deputado Rozenha "Institui diretrizes de Atenção aos Pacientes com Câncer Infantojuvenil.", "Institui diretrizes de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Trabalho e dá outras providências."; Projetos de Lei n.º 139 e 140/2024, de autoria do Deputado Doutor George Lins, "Dispõe sobre meios que assegurem aos estudantes o desconto de 10 % (dez por cento) na aquisição de livros.", "Dispõe sobre a Política Estadual de proteção e direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes. refugiadas, apátridas e solicitantes de refúgio, com idade até 16 (dezesseis) anos, nas redes públicas de educação básica no âmbito do Estado do Amazonas."; Projetos de Lei n.º 141 e 142/2024, de autoria do Deputado Cristiano D'Ângelo "Institui Programa de Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais (PFCL) no Estado do Amazonas.", "Institui a classificação de Agricultor Prestador de Serviços Ambientais e estabelece incentivos"; Projeto de Lei Complementar n.º 1/2024, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, "Altera a Lei Complementar n.º 261, de 28 de dezembro de 2023, para incluir a Escola Judicial do Tribunal de Justiça na Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas."; Projeto de Lei Complementar n.º 2/2024, oriundo da Mensagem Governamental n.º 18/2024, "Altera, na forma que especifica, a Lei Complementar n.° 30, de 27 de dezembro de 2001, que Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas, Estabelece seus Planos de Benefícios e Custeio, Cria Órgão Gestor, e dá outras providências." [Regime de Urgência solicitado pelo autor] (estes em primeiro dia). Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou a Sessão Ordinária de amanhã à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

ATA DA 14ª SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS CONVOCADA EM HOMENAGEM AOS SERVIDORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO AMAZONAS. 2ª SESSÃO LEGISLATIVA. MANAUS, 11 DE MARÇO DE 2024. PRESIDENTE: DEPUTADO JOÃO LUIZ.

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de março do ano dois mil e vinte e quatro, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar JOÃO LUIZ, ausentes os demais. O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Sessão Especial convocada em homenagem aos Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Amazonas, conforme Requerimento n.º 1452/2024, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades: Jussara Pedrosa Celestino da Costa, Secretária de Estado e Justiça Direitos Humanos e Cidadania/Sejusc, representando o Governador Wilson Lima; Eliezer Fernandes Júnior, Juiz de Direito Titular do Juizado de Infância e Juventude Infracional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; Romina Carmen Brito Carvalho, Promotora Titular da Promotoria Infracional de Infância e Juventude do Ministério Público Estadual; Carolina Matos Carvalho Norões, Defensora representando a Defensoria Pública Geral do Estado do Amazonas; Edilene Ferreira Pinheiro, Secretária-Executiva Adjunta da Capital/Seduc; Rosalina Moraes Lobo, Secretária-Executiva dos Direitos da Criança e Adolescente das Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania/Sejusc; Andreza Souza Silva, Secretária-Executiva Adjunta de Direitos da Criança e Adolescente/Sejusc; Jean Mendonça dos Santos, Chefe de Departamento de Atendimento Socioeducativo/DASE; Juliana Gomes Tuma, Delegada Titular da Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais/DEAAI; Lucas Rodrigues de Oliveira, Coordenador do Grupo Socioeducativo. Ato contínuo, todos de pé, ouviram a execução do Hino Nacional brasileiro pela Orquestra do Abrigo Moacir Alves. Após, foi exibido um vídeo institucional. Com a palavra, o Deputado João Luiz justificou a sua iniciativa e destacou que o Centro Socioeducativo Dagmar Feitosa era referência na recuperação de pessoas descartadas pela sociedade através de projetos dinâmicos proativos visando resultados positivos e elogiou a gestão atual e toda a equipe pelo brilhantismo. Na sequência, a Jornalista Amanda Monteiro fez a chamada nominal dos homenageados para a entrega de Placas Comemorativas e Certificados. Como orador seguinte, o adolescente Ângelo Azevedo agradeceu a homenagem e demostrou contentamento por ter vencido sua condição de infrator da lei graças ao apoio recebido do Sistema Socioeducativo. Dando prosseguimento, o Senhor Jean dos Santos, primeiramente, relembrou fatos ocorridos no "Dagmar Feitosa" quando iniciou seu

processo de reinserção social a afirmou que era eternamente grato a todos que contribuíram com o seu progresso, oferecendo uma nova oportunidade na vida. Anunciou que já estava tramitando o Projeto de Lei, de autoria do Deputado João Luiz, instituindo o Dia do Servidor Público do Sistema Socioeducativo e agradeceu pela propositura. Em seguida, a Senhora Carolina Matos colocou a Defensoria Pública como parceira incondicional na honrosa causa e destacou o Projeto Novos Caminhos que focava na questão da ressocialização e não da infração oportunizando acesso ao mercado de trabalho pelos adolescentes. Elogiou a atuação do Deputado João Luiz e enfatizou a rede de apoio da qual a Defensoria participava. Na continuidade, a Senhora Jussara Pedrosa frisou que o trabalho realizado pela Secretaria era de captação de recursos para todas as secretarias de acordo com os catálogos de demandas apresentados e observou que o Sistema Socioeducativo do Amazonas era referência no trabalho do anuário de segurança pública. Concluiu reiterando o compromisso do Governador Wilson Lima com a causa. A caminho do fim, o Presidente agradeceu a presença de todos, comunicou que iria enviar uma Mocão de Parabenização pelos 41 anos do Centro Dagmar Feitosa e pediu sugestões acerca da data para ser comemorado o Dia do Servidor Público do Sistema Socioeducativo. Nada mais ocorrendo, encerrou a Reunião e convocou Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário

#### **TERMOS ADITIVOS AOS TERMOS DE CONTRATO**

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 07/2019.

PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS - CONTRATANTE e a Empresa P. MARQUES SERVIÇOS LTDA - ME como CONTRATADA.

ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 07/2019.

**BASE**: Artigo 57, inciso II, § 4 da Lei nº 8.666/93 e conformando-se com as disposições do art. 38, parágrafo único, da mesma norma legal licitatória.

**OBJETO**: Prorrogação da prestação de serviços de lavagem em toalhas, bandeiras e cortinas, lavagem a seco em tapetes, carpetes, almofadas, cortinas blackout e persianas, serviços de lavagem a seco com hidratação em sofá, poltronas e cadeiras.

**PRORROGAÇÃO**: Prorrogado em sua vigência por 06 (seis) meses, a contar de 16 de maio de 2024 a 15 de novembro de 2024.

VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor do presente Termo Aditivo é de 11.031,11 (onze mil, trinta e um reais e onze centavos), mensal estimativo, para custear a despesa decorrente da execução deste Termo Aditivo, que ocorrerá por

conta do Programa de Trabalho: 01.031.3282.2252.0011, Natureza da Despesa N.º 33903982, conforme Nota de Empenho N.º 2024NE0000884, emitida em 06/05/2024, a serem pagos no exercício financeiro de 2024.

DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus. 13 de maio de 2024.

#### WANDER ARAÚJO MOTTA

**Diretor Geral** 

Aditivo, que ocorrerá por conta do Programa de Trabalho: 01.722.3282.2477.0011, Natureza da Despesa N.º 33913910, conforme Nota de Empenho N.º 2024NE000859, emitida em 29/04/2024, a serem pagos no exercício financeiro de 2024.

DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus. 06 de maio de 2024.

#### WANDER ARAÚJO MOTTA

Diretor Geral

#### EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 06/2019.

PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS - CONTRATANTE e a Empresa KAELE LTDA como CONTRATADA.

ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 06/2019.

**BASE**: Art. 57, inciso II, § 4 e conformando-se com as disposições do art. 38, parágrafo único, da mesma norma licitatória. OBJETO: Prorrogação da prestação de serviços de locação de veículos utilitários de médio porte, tipo caminhonete pickup e de veículos automotores tipo sedan.

PRORROGAÇÃO: Prorrogado em sua vigência por vigência por 06 (seis) meses, a contar de 15 de maio de 2024 a 14 de novembro de 2024.

VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 429.438,21 (quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte um centavos) mensal estimativo em conformidade com o número de diárias efetivamente utilizadas, para custear a despesa decorrente da execução deste Termo Aditivo, que ocorrerá por conta do Programa de Trabalho: 01.031.3282.2252.0011, Natureza da Despesa N.º 33903308, conforme Nota de Empenho N.º 2024NE0000914, emitida em 09/05/2024, a serem pagos no exercício financeiro de 2024.

DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de maio de 2024.

#### WANDER ARAÚJO MOTTA

Diretor Geral

#### EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 21/2018.

PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS - CONTRATANTE e a FUNDAÇÃO TELEVISÃO E RÁDIO CULTURA DO AMAZONAS, como CONTRATADA.

ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 21/2018.

**BASE**: Art. 57, inciso II, § 4º da Lei nº 8.666/1993 e conformando-se com as disposições do art. 38, parágrafo único, da mesma norma licitatória.

**OBJETO**: Prorrogação da prestação de serviços de locação de estrutura física para instalação de infraestrutura de radiodifusão (antena e transmissores) destinado a suprir as necessidades de TV e Rádio Senado e Assembleia na Cidade de Manaus.

**PRORROGAÇÃO**: Prorrogado em sua vigência por 06 (seis) meses, a contar de 7 de maio de 2024 a 06 de novembro de 2024.

VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 34.949,01 (trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo) mensal estimativo, para custear a despesa decorrente da execução deste Termo

# **CONSUMO CONSCIENTE**

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



Solicite o seu cadastro



Acesse o sistema



Tramite os documentos

SUPORTE AO USUÁRIO [4340 ou 4341]



http://aleam.ikhon.com.br/

**60%** 

das despesas com material de expediente da Assembleia. EVITE O DESPERDÍCIO



PODER LEGISLATIVO ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

> /ASSEMBLEIAAM WWW.ALE.AM.GOV.BR